



Governo de Mato Grosso
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

Relatório de Auditoria 0021/2024

| | |
|-----------------------|--|
| UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: | CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO |
| INTERESSADO: | Paulo Farias Nazareth Netto - Secretário Controlador Geral do Estado |
| C/ CÓPIA: | Rogério Luiz Gallo - Secretario de Estado de Fazenda |
| ASSUNTO: | RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA DO MACROPROCESSO DE TRANSFERÊNCIA |

Cuiabá - MT
Abril/2024





Governo de Mato Grosso
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

SUMÁRIO

1. LISTA DE ABREVIATURAS
2. INTRODUÇÃO
3. CONTEXTUALIZAÇÃO
4. METODOLOGIA
5. RESULTADO DAS ANÁLISES
6. CONCLUSÃO



CGESC1202400715



Governo de Mato Grosso
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

1 LISTA DE ABREVIATURAS

| | |
|--------|--|
| CGE | Controladoria Geral do Estado |
| FIPLAN | Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado de Mato Grosso |
| LDO | Lei de Diretrizes Orçamentárias |
| LIQ | Liquidação |
| LOA | Lei Orçamentária Anual |
| MCASP | Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público |
| MTO | Manual Técnico de Planejamento e Orçamento |
| NBC | Norma Brasileira de Contabilidade |
| NOB | Nota de Ordem Bancária |
| PPA | Plano Plurianual |
| SEFAZ | Secretaria de Estado de Fazenda |
| RACI | Relatórios de Avaliações de Controles Internos |
| SACIE | Superintendência de Apoio ao Controle Interno e Externo/CGE-MT |
| SIGCON | Sistema de Gestão de Convênios de Mato Grosso |

2 INTRODUÇÃO

1. Visando cumprir a missão institucional da Controladoria-Geral do Estado - CGE/MT de contribuir para melhoria dos Serviços Públicos prestados pelo Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, tendo por objetivo Avaliação e o Diagnóstico do macroprocesso relacionado às Transferências por meio do aperfeiçoamento dos Sistemas de Controles, ampliando a transparência e fomentando o controle social, emitiu-se a Ordem de Serviço nº 042/2024.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO

2. As transferências de recursos, são compostas em 02 (duas) grandes categorias, obrigatórias e discricionárias. As obrigatórias são aquelas previstas na Constituição ou por lei infraconstitucional (legal), já as discricionárias abrangem os repasses que devem observar, no momento da transferência, a regulamentação da matéria e ficam condicionadas à celebração de instrumento jurídico próprio entre as partes.

3. Para otimizar os trabalhos, solicitou-se da Superintendência de Apoio ao Controle Interno e Externo – SACIE/CGE/MT informações sobre trabalhos anteriores, e foram apresentados





Governo de Mato Grosso
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

26 (vinte e seis) produtos realizados com focos específicos, seja de tomada de contas especiais, orientações técnicas, auditoria em convênio, e ainda Relatórios de Avaliações de Controles Internos – RACI.

4. Avaliação diagnóstica, como a que se pretende neste trabalho, não havia sido realizada por esta Especializada.

4 METODOLOGIA

5. No Sistema de Gestão de Convênios de Mato Grosso – SIGCON, buscou-se informações quanto ao volume de convênios registrados nos anos de 2018-2023, haja vista, o período prescricional para pretensão punitiva de 5 anos definido pela Lei Estadual nº 11.599/2021.

6. As informações disponibilizadas pelo sistema SIGCON foram limitadoras dessa avaliação diagnóstica, por se tratar de dados declarados pelo conveniente e concedente. Ou seja, não exige dos usuários o cadastro de informações básicas como nº de convênio, tipo de repasse, valor repassado, prestação de contas, dentre outros.

7. Essa condição prejudica a análise da veracidade das informações, contrariando essencialmente o artigo 71, § Único da Constituição Federal - CF;

8. Recorreu-se ao Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado de Mato Grosso – Fiplan, para apurar os valores transferidos pelas Unidades Orçamentárias do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso **referentes aos anos de 2022 e 2023**.

9. A ausência de preenchimento de informações nos campos disponíveis no sistema FIPLAN se tornaram em primeiro momento fatores limitadores desta auditoria. Entretanto, buscou-se meios de reduzir este impacto e racionalizar a coleta de informações de modo a gerar dados confiáveis.

10. Utilizou-se o filtro modalidade de aplicação da despesa para identificar os recursos transferidos pelo Poder Executivo, conforme demonstrado a seguir:

- 20 - Transferências à União;
- 22 - Execução Orçamentária Delegada à União;
- 30 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal;
- 31 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal - Fundo a Fundo;
- 32 - Execução Orçamentária Delegada a Estados e ao Distrito Federal;
- 44 - Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de





Governo de Mato Grosso
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012;
36 - Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012;
40 - Transferências a Municípios, 50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos;
41 - Transferências a Municípios - Fundo a Fundo
50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos;
60 - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos;
71 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio.

11. Além da modalidade de aplicação, organizou-se os dados por grupo e elemento de despesas, gastos por unidade orçamentária, classificação funcional da despesa e programas de governo.

3.1 - ESCOPO DO TRABALHO

12. Com relação ao objeto de auditoria selecionado (Transferências), foi definido como objetivo, nesta fase, a realização de análise com o fim de apresentar um diagnóstico em nível do Poder Executivo Estadual.

13. Para isso, com base nos critérios de materialidade (volume de recursos monetários), oportunidade (tempo desde a última auditoria), riscos e relevância (aspectos finalísticos das ações), delimitou-se o escopo à análise dos recursos transferidos voluntariamente pelo Poder Executivo nos anos de 2022 e 2023.

5 RESULTADO DAS ANÁLISES

14. Ao analisar dados de repasses **registrados no Sistema FIPLAN**, foram identificados os seguintes instrumentos jurídicos: Contrato de Adesão, Contrato de Concessão, Contrato de Repasse, Contrato de Permissão, Termo de Colaboração, Termo de Compromisso, Termo de Compromisso Especial, Termo de Convênio, Termo de Cooperação, Termo de Delegação, Termo de Fomento, Termo de Parceria.

15. Os recursos transferidos nos exercícios de 2022 e 2023 somaram R\$5.695.974.366,82 (cinco bilhões, seiscentos e noventa e cinco milhões, novecentos e setenta e quatro mil, trezentos e sessenta e seis reais e oitenta e dois centavos).





Governo de Mato Grosso
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

Quadro 1 - Transferências voluntárias x Despesas realizadas pelo Poder Executivo

| | Despesa Realizada | | | % Poder Executivo |
|------|-------------------|-------------------|------------------|-------------------|
| | Consolidada | Poder Executivo | Transferências | |
| 2022 | 29.196.758.187,95 | 25.252.393.717,71 | 1.556.220.628,32 | 6,16% |
| 2023 | 34.112.768.238,45 | 28.736.862.579,21 | 1.882.206.100,62 | 6,55% |

Fonte: Sistema FIPLAN. Anexo 12 - Balanço Orçamentário 2022 e 2023 Consolidado e Poder Executivo

16. Da análise foram excluídas as transferências de recursos classificados na modalidade de aplicação 41 - Transferências a Municípios - Fundo a Fundo . Esses recursos são destinados diretamente aos respectivos fundos municipais, de maneira regular e automática, dispensada a celebração de convênios ou outro instrumento jurídico.

Quadro 2 - Transferências fundo a fundo

| NOME DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA | 2022 | 2023 | TOTAL |
|--|-----------------------|-------------------------|-------------------------|
| FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | 9.483.317,63 | 28.944.682,28 | 38.427.999,91 |
| FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE | 772.792.649,99 | 932.676.223,55 | 1.705.468.873,54 |
| SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA | | 6.000.000,00 | 6.000.000,00 |
| SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO | 189.278.791,45 | 316.911.664,96 | 506.190.456,41 |
| TOTAL GERAL | 971.554.759,07 | 1.284.532.570,79 | 2.256.087.329,86 |

Fonte: Sistema FIPLAN

17. As transferências de recursos realizadas pelo Poder Executivo na condição de concedente somaram R\$ 3.438.426.728,94 (três bilhões, quatrocentos e trinta e oito milhões, quatrocentos e vinte e seis mil, setecentos e vinte e oito reais e noventa e quatro centavos) conforme quadros a seguir:

Quadro 3 - Transferências voluntárias por Grupo de Despesas

| Grupo de Despesas | 2022 | 2023 | Total | % |
|----------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|----------------|
| Investimento | 1.056.980.762,64 | 1.013.174.882,75 | 2.070.155.645,39 | 60,21% |
| Outras Despesas Correntes | 498.305.037,11 | 868.796.217,87 | 1.367.101.254,98 | 39,76% |
| Pessoal e Encargos Sociais | 934.828,57 | 235.000,00 | 1.169.828,57 | 0,03% |
| Total Geral | 1.556.220.628,32 | 1.882.206.100,62 | 3.438.426.728,94 | 100,00% |

Fonte: Sistema Fiplan





Governo de Mato Grosso
 CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO



Governo do Estado de Mato Grosso
 CGE - Controladoria Geral do Estado



Fonte: Sistema FIPLAN

18. Comparando-se o volume de recursos das transferências voluntárias concedidas com o total das despesas realizadas pelo Poder Executivo nos anos de 2022 e 2023, constata-se o comprometimento de 6,37% (seis vírgula trinta e sete por cento) das despesas totais do período:

Quadro 4 - Transferências voluntárias x Despesas realizadas pelo Poder Executivo

| | Despesa Realizada | | | % Poder Executivo |
|--------------|--------------------------|--------------------------|-------------------------|-------------------|
| | Consolidada | Poder Executivo | Transf. Voluntárias | |
| 2022 | 29.196.758.187,95 | 25.252.393.717,71 | 1.556.220.628,32 | 6,16% |
| 2023 | 34.112.768.238,45 | 28.736.862.579,21 | 1.882.206.100,62 | 6,55% |
| Total | 63.309.526.426,40 | 53.989.256.296,92 | 3.438.426.728,94 | 6,37% |

Fonte: Sistema FIPLAN. Anexo 12 - Balanço Orçamentário 2022 e 2023 Consolidado e Poder Executivo



CGESC1202400715

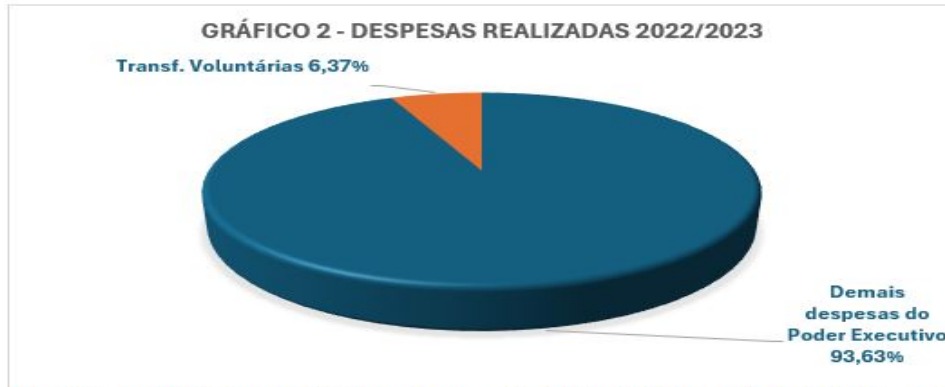




Governo de Mato Grosso
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado



Fonte: Sistema FIPLAN. Anexo 12 - Balanço Orçamentário 2022 e 2023 Consolidado e Poder Executivo

Fator Materialidade

19. Apurou-se a materialidade orçamentária tendo como referência as transferências realizadas por Modalidade de Aplicação da Despesa, nos anos de 2022 e 2023.

20. A modalidade de aplicação da despesa é informação gerencial que “ *indica se os recursos serão aplicados diretamente pela unidade detentora do crédito ou mediante transferência para entidades públicas ou privadas, conforme Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, 10ª Edição, Parte 1 – Procedimentos Contábeis Orçamentários, página 81.* ”





Governo de Mato Grosso
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

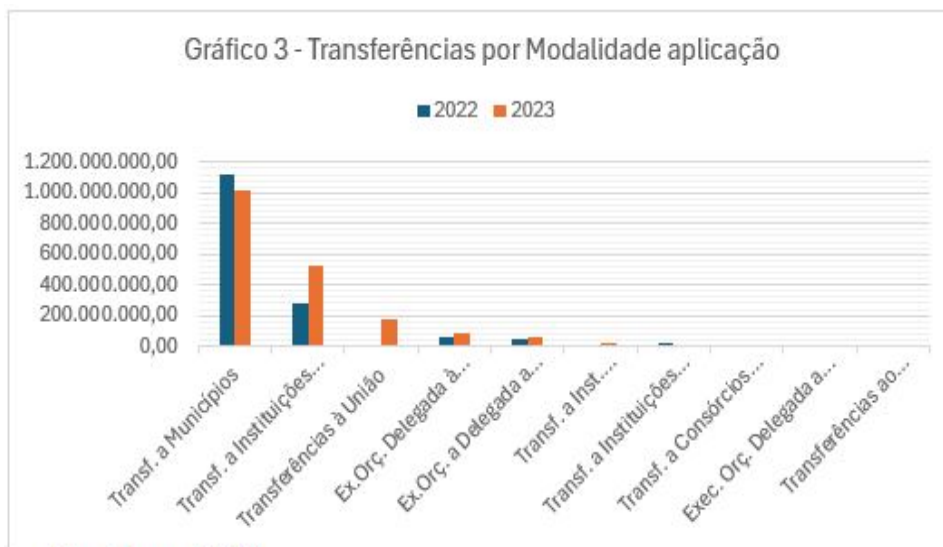


Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

Quadro 5 – Transferências realizadas por modalidade de aplicação da despesa

| Modalidade de Aplicação da Despesa | 2022 | 2023 | Total |
|--|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Transferências a Municípios | 1.119.711.458,02 | 1.010.985.812,69 | 2.130.697.270,71 |
| Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | 284.942.743,44 | 524.492.179,63 | 809.434.923,07 |
| Transferências à União | 0,00 | 175.000.000,00 | 175.000.000,00 |
| Execução Orçamentária Delegada à União | 55.864.439,53 | 80.969.324,88 | 136.833.764,41 |
| Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos | 41.106.906,57 | 59.367.951,62 | 100.474.858,19 |
| Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos | 11.979.816,82 | 19.948.038,49 | 31.927.855,31 |
| Transferências a Instituições Multigovernamentais | 26.394.202,01 | 5.303.099,40 | 31.697.301,41 |
| Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio | 4.768.439,35 | 4.230.048,36 | 8.998.487,71 |
| Execução Orçamentária Delegada a Municípios | 4.894.620,08 | 1.909.645,55 | 6.804.265,63 |
| Transferências ao Exterior | 6.558.002,50 | 0,00 | 6.558.002,50 |
| Total Geral | 1.556.220.628,32 | 1.882.206.100,62 | 3.438.426.728,94 |

Fonte: Sistema FIPLAN



Fonte: Sistema FIPLAN

21. A destinação dos recursos foi apurada com base na classificação orçamentária por funções de governo, que evidencia o maior nível de agregação das diversas áreas de





Governo de Mato Grosso
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

despesa que competem ao setor público, conforme definido pelo artigo 1º da Portaria MGO nº 42/1999. O MCASP, 10ª Edição, Parte 1 – Procedimentos Contábeis Orçamentários, página 76, acrescenta:

“(...) A função quase sempre se relaciona com a missão institucional do órgão, por exemplo, cultura, educação, saúde, defesa, que, na União, de modo geral, guarda relação com os respectivos Ministérios.”

Quadro 6 - Transferências de recursos realizadas por órgãos de governo

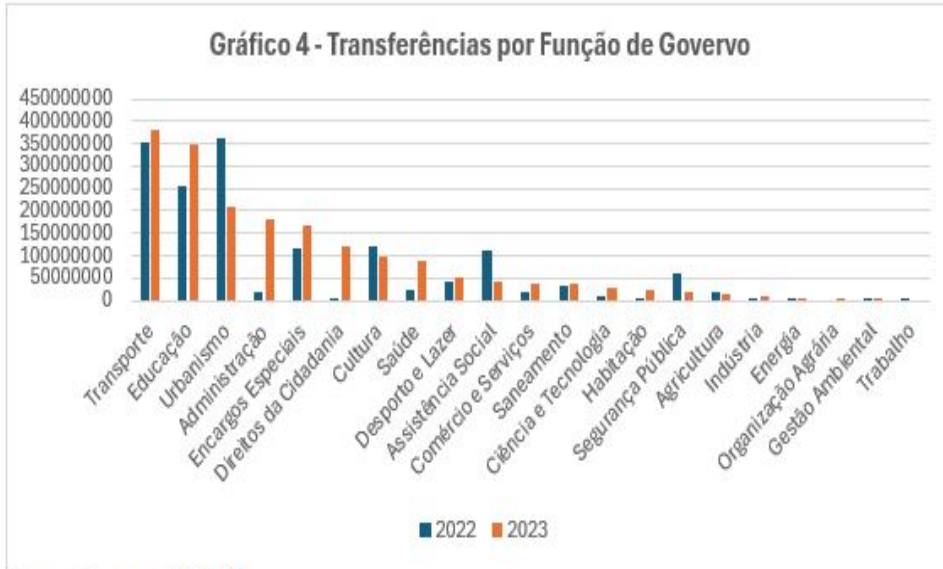
| UNIDADE ORÇAMENTÁRIA | 2022 | 2023 | Total | Varição de 2022 para 2023 | % em relação ao total |
|----------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|---------------------------|-----------------------|
| SINFRA | 866.234.078,94 | 821.768.753,08 | 1.688.002.832,02 | -5,13% | 49,09% |
| SEDUC | 252.399.538,47 | 344.740.702,81 | 597.140.241,28 | 36,59% | 17,37% |
| SECEL | 177.306.027,60 | 163.515.014,94 | 340.821.042,54 | -7,78% | 9,91% |
| MTPAR | 15.500.000,00 | 181.015.000,00 | 196.515.000,00 | 1067,84% | 5,72% |
| FUNED-SECEL | 62.889.102,28 | 93.392.057,77 | 156.281.160,05 | 48,50% | 4,55% |
| FES/SES | 23.609.575,17 | 92.463.608,29 | 116.073.183,46 | 291,64% | 3,38% |
| SESP | 57.816.069,05 | 20.369.791,54 | 78.185.860,59 | -64,77% | 2,27% |
| SEAF | 34.151.549,25 | 36.756.601,98 | 70.908.151,23 | 7,63% | 2,06% |
| SEDEC | 29.281.824,83 | 39.142.176,91 | 68.424.001,74 | 33,67% | 1,99% |
| SECITEC | 8.544.768,00 | 29.012.583,40 | 37.557.351,40 | 239,54% | 1,09% |
| SETASC | 13.208.152,73 | 13.977.587,51 | 27.185.740,24 | 5,83% | 0,79% |
| FUNDES/SEDEC | 2.120.900,80 | 18.728.084,87 | 20.848.985,67 | 783,03% | 0,61% |
| UNEMAT | 7.210.130,57 | 9.039.483,70 | 16.249.614,27 | 25,37% | 0,47% |
| METAMAT | 0,00 | 5.759.933,82 | 5.759.933,82 | 100,00% | 0,17% |
| INTERMAT | 0,00 | 4.500.000,00 | 4.500.000,00 | 100,00% | 0,13% |
| FAPEMAT-SECITEC | 0,00 | 4.000.000,00 | 4.000.000,00 | 100,00% | 0,12% |
| SEMA | 932.500,00 | 2.703.720,00 | 3.636.220,00 | 189,94% | 0,11% |
| DETRAN | 2.185.848,71 | 270.000,00 | 2.455.848,71 | -87,65% | 0,07% |
| SEPLAG | 1.450.000,00 | 500.000,00 | 1.950.000,00 | -65,52% | 0,06% |
| FEAS/SETASC | 602.004,12 | 551.000,00 | 1.153.004,12 | -8,47% | 0,03% |
| FIA/SETASC | 778.557,80 | 0,00 | 778.557,80 | -100,00% | 0,02% |
| Total Geral | 1.556.220.628,32 | 1.882.206.100,62 | 3.438.426.728,94 | 20,95% | 100,00% |

Fonte: Sistema FIPLAN

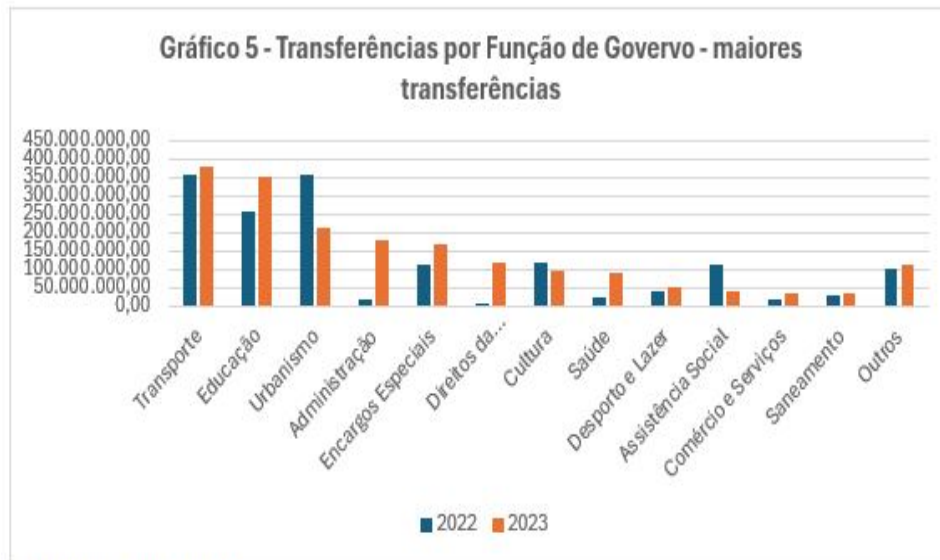


CGESC1202400715





Fonte: Sistema FIPLAN



Fonte: Sistema FIPLAN

22. Na função Encargos Especiais, **constatou-se o registro orçamentário de todas as**





Governo de Mato Grosso
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

despesas no programa: 996 – Programa de Operações Especiais – Outras, Ação: 8026 - Pagamento de Emendas Parlamentares Impositivas, conforme ações descritas no Manual Técnico de Planejamento e Orçamento – MTO/2024.

23. Ressalta-se que existem despesas classificadas incorretamente nas funções de govorno, prejudicando a coleta e divulgação de informações relacionadas ao cumprimento das políticas públicas planejadas e demonstradas nos instrumentos de planejamento orçamentário.

24. Buscou-se conhecer quais órgãos do govorno mais concederam recursos.

Quadro 7 - Transferências de recursos realizadas por órgãos de govorno

| UNIDADE ORÇAMENTÁRIA | 2022 | 2023 | Total | Varição de 2022 para 2023 | % em relação ao total |
|----------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|---------------------------|-----------------------|
| SINFRA | 866.234.078,94 | 821.768.753,08 | 1.688.002.832,02 | -5,13% | 49,09% |
| SEDUC | 252.399.538,47 | 344.740.702,81 | 597.140.241,28 | 36,59% | 17,37% |
| SECEL | 177.306.027,60 | 163.515.014,94 | 340.821.042,54 | -7,78% | 9,91% |
| MTPAR | 15.500.000,00 | 181.015.000,00 | 196.515.000,00 | 1067,84% | 5,72% |
| FUNED-SECEL | 62.889.102,28 | 93.392.057,77 | 156.281.160,05 | 48,50% | 4,55% |
| FES/SES | 23.609.575,17 | 92.463.608,29 | 116.073.183,46 | 291,64% | 3,38% |
| SESP | 57.816.069,05 | 20.369.791,54 | 78.185.860,59 | -64,77% | 2,27% |
| SEAF | 34.151.549,25 | 36.756.601,98 | 70.908.151,23 | 7,63% | 2,06% |
| SEDEC | 29.281.824,83 | 39.142.176,91 | 68.424.001,74 | 33,67% | 1,99% |
| SECITEC | 8.544.768,00 | 29.012.583,40 | 37.557.351,40 | 239,54% | 1,09% |
| SETASC | 13.208.152,73 | 13.977.587,51 | 27.185.740,24 | 5,83% | 0,79% |
| FUNDES/SEDEC | 2.120.900,80 | 18.728.084,87 | 20.848.985,67 | 783,03% | 0,61% |
| UNEMAT | 7.210.130,57 | 9.039.483,70 | 16.249.614,27 | 25,37% | 0,47% |
| METAMAT | 0,00 | 5.759.933,82 | 5.759.933,82 | 100,00% | 0,17% |
| INTERMAT | 0,00 | 4.500.000,00 | 4.500.000,00 | 100,00% | 0,13% |
| FAPEMAT-SECITEC | 0,00 | 4.000.000,00 | 4.000.000,00 | 100,00% | 0,12% |
| SEMA | 932.500,00 | 2.703.720,00 | 3.636.220,00 | 189,94% | 0,11% |
| DETRAN | 2.185.848,71 | 270.000,00 | 2.455.848,71 | -87,65% | 0,07% |
| SEPLAG | 1.450.000,00 | 500.000,00 | 1.950.000,00 | -65,52% | 0,06% |
| FEAS/SETASC | 602.004,12 | 551.000,00 | 1.153.004,12 | -8,47% | 0,03% |
| FIA/SETASC | 778.557,80 | 0,00 | 778.557,80 | -100,00% | 0,02% |
| Total Geral | 1.556.220.628,32 | 1.882.206.100,62 | 3.438.426.728,94 | 20,95% | 100,00% |

Fonte: Sistema FIPLAN

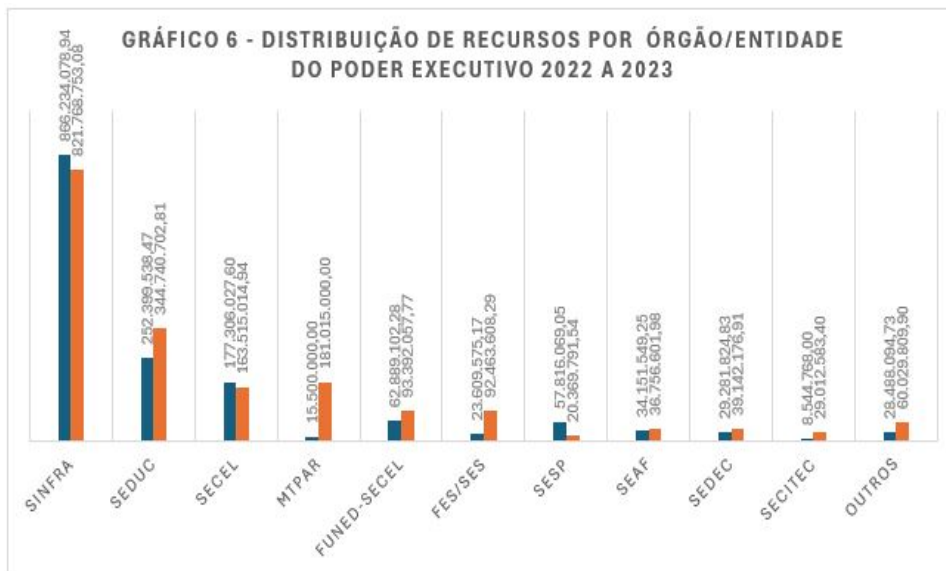




Governo de Mato Grosso
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado



Fonte: Sistema FIPLAN

25. Os recursos orçamentários no PPA 2020-2023 foram alocados em programas de governo destinados às execuções de políticas públicas por competência das secretarias finalísticas de governo.

26. A distribuição de recursos pelo governo, na pretensão de cumprir com as metas definidas nos instrumentos de planejamento: PPA, LDO e LOA, ocorreram da seguinte forma:





Governo de Mato Grosso
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

Quadro 8 - Transferências de recursos por programas de governo

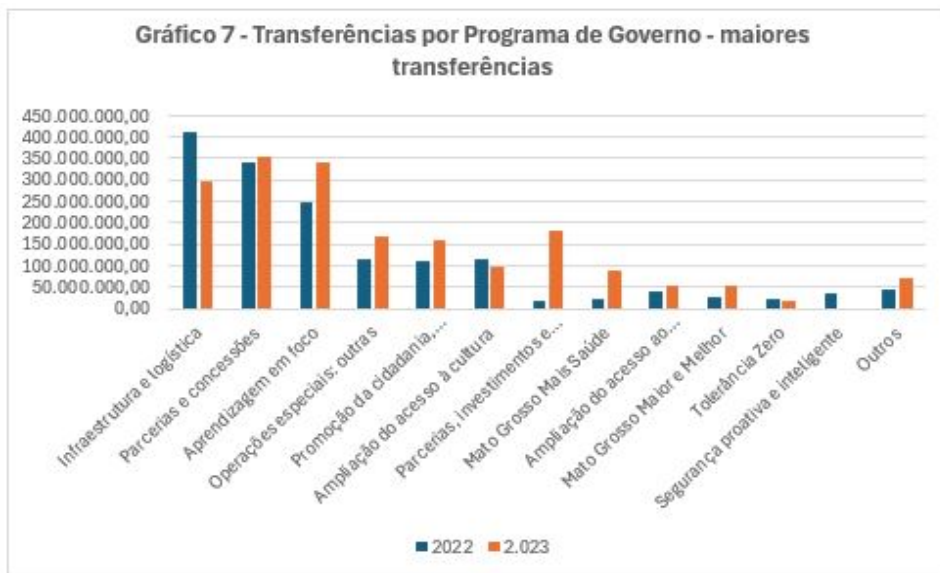
| Descrição | 2022 | 2023 | Total Geral | % total |
|--|------------------|------------------|------------------|---------|
| Infraestrutura e logística | 409.909.677,04 | 296.536.672,87 | 706.446.349,91 | 20,55% |
| Parcerias e concessões | 342.613.433,13 | 355.779.054,65 | 698.392.487,78 | 20,31% |
| Aprendizagem em foco | 247.744.543,70 | 341.217.653,64 | 588.962.197,34 | 17,13% |
| Operações especiais: outras | 115.679.421,37 | 167.260.618,97 | 282.940.040,34 | 8,23% |
| Promoção da cidadania, segurança alimentar e inclusão | 109.371.794,23 | 157.920.831,74 | 267.292.625,97 | 7,77% |
| Ampliação do acesso à cultura | 117.268.102,01 | 96.846.123,49 | 214.114.225,50 | 6,23% |
| Parcerias, investimentos e participações | 17.808.824,69 | 181.015.000,00 | 198.823.824,69 | 5,78% |
| Mato Grosso Mais Saúde | 22.959.604,13 | 88.071.905,50 | 111.031.509,63 | 3,23% |
| Ampliação do acesso ao esporte e lazer | 42.019.606,66 | 52.274.892,38 | 94.294.499,04 | 2,74% |
| Mato Grosso Maior e Melhor | 28.067.841,84 | 55.245.807,06 | 83.313.648,90 | 2,42% |
| Tolerância Zero | 22.145.137,98 | 19.880.458,35 | 42.025.596,33 | 1,22% |
| Segurança proativa e inteligente | 35.670.931,07 | - | 35.670.931,07 | 1,04% |
| Agricultura familiar inclusiva e sustentável | 17.150.404,91 | 15.625.720,48 | 32.776.125,39 | 0,95% |
| Desenvolvimento da educação profissional e superior | 7.144.768,00 | 18.328.866,40 | 25.473.634,40 | 0,74% |
| Consolidação da educação superior para | 7.210.130,57 | 9.039.483,70 | 16.249.614,27 | 0,47% |
| Desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação | 400.000,00 | 11.413.717,00 | 11.813.717,00 | 0,34% |
| Programa estadual de direitos humanos | 1.144.560,35 | 3.654.182,17 | 4.798.742,52 | 0,14% |
| Regulariza fundiária | - | 4.500.000,00 | 4.500.000,00 | 0,13% |
| Promoção da conservação ambiental para melhoria da qualidade de vida | 932.500,00 | 2.603.720,00 | 3.536.220,00 | 0,10% |
| Desenvolvimento da Economia Criativa | 2.304.998,00 | 1.189.356,24 | 3.494.354,24 | 0,10% |
| Apoio administrativo | 2.450.000,00 | 689.333,19 | 3.139.333,19 | 0,09% |
| Ordenação Regionalizada da Rede de Atenção e Sistema | 549.971,04 | 2.265.865,30 | 2.815.836,34 | 0,08% |
| Compromisso com o trânsito seguro | 2.185.848,71 | 270.000,00 | 2.455.848,71 | 0,07% |
| Pró-escola - Educando para Transformar | 2.085.244,77 | - | 2.085.244,77 | 0,06% |
| Proteção social e fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social - SUAS | 602.004,12 | 551.000,00 | 1.153.004,12 | 0,03% |
| Fortalecimento da Política Cultural | 451.280,00 | - | 451.280,00 | 0,01% |
| Cidades Urbanizadas | 300.000,00 | - | 300.000,00 | 0,01% |
| Fortalecimento do Esporte e Lazer | 50.000,00 | - | 50.000,00 | 0,00% |
| Ampliação do Acesso de Forma Equitativa e com | - | 25.837,49 | 25.837,49 | 0,00% |
| Total Geral | 1.556.220.628,32 | 1.882.206.100,62 | 3.438.426.728,94 | 100,00% |

Fonte: Sistema FIPLAN



CGESC1202400715

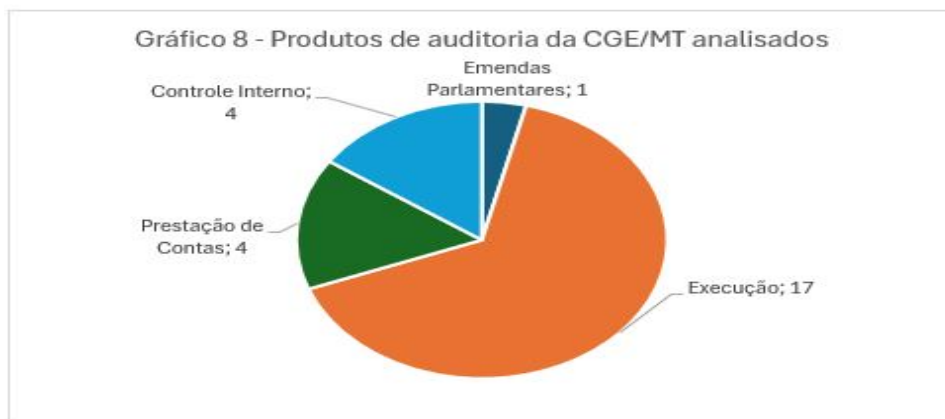




Fonte: Sistema FIPLAN

Fator Oportunidade

27. Realizado levantamento quanto a trabalhos anteriores sobre o mesmo assunto, foram encontrados 26 produtos de auditoria. No entanto, nenhum deles com a mesma abordagem utilizada neste trabalho, para obtenção de diagnóstico sobre o objeto. O escopo dos trabalhos encontrados teve abrangência sobre os pontos descritos no Gráfico 8.



Fonte: Sistema SCI/CGE/MT





Governo de Mato Grosso
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

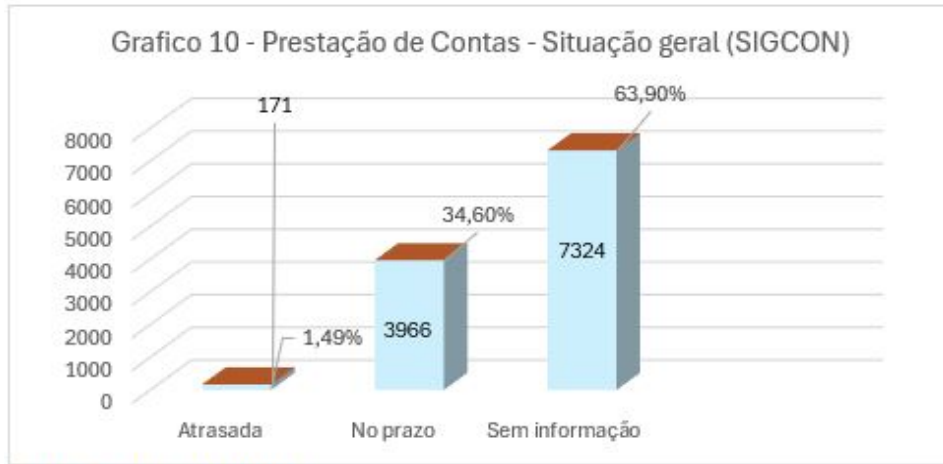
28. Buscaram-se também informações no sistema Pergunte a CGE, tendo por base o período de 2020 a 2023, em que 165 perguntas tratavam de transferências com os seguintes temas: 18 relacionadas às Emendas Parlamentares, 93 referentes a Execução dos Termos, 21 relacionadas à Prestação de Contas e 33 sobre Tomada de Contas Especial;



Fonte: Sistema SCI/CGE/MT

29. Analisaram-se também 11461 registros de prestações de contas no sistema SIGCON. Desses, após tratamento de dados, face ao fato das informações cadastradas no sistema SIGCON serem declaratórias, foi possível identificar: 171 prestações de contas atrasadas, 3966 no prazo, e 7324 sem qualquer informação.





Fonte: Sistema SIGCON

30. O volume de processos “sem informação” se dá pela não obrigatoriedade de os usuários informarem no sistema SIGCON as etapas de realização dos termos, o que ocasiona prejuízo na transparência quanto a real situação das prestações de contas dos recursos transferidos em desacordo com o art. 71, §único da CF, e normativos do Estado.

Fator Relevância

c) Aspectos finalísticos das ações

31. A relevância da destinação e aplicação dos recursos dá-se pelo volume de recursos aplicados nos anos de 2022 e 2023 e pelas ações finalísticas de governo:

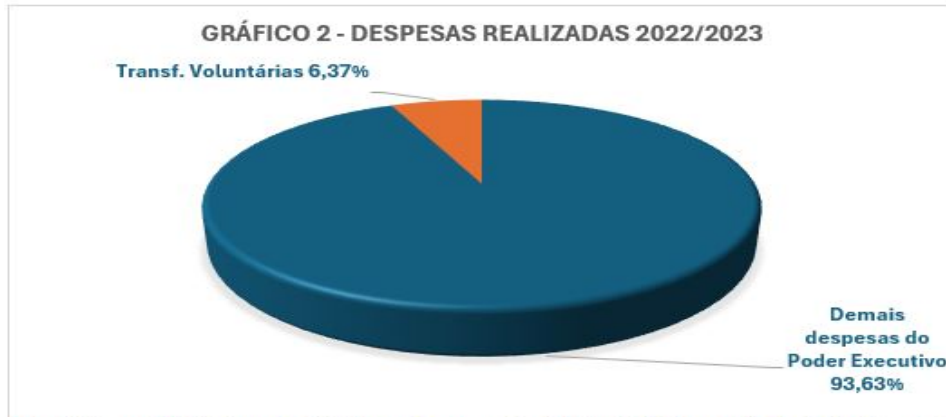




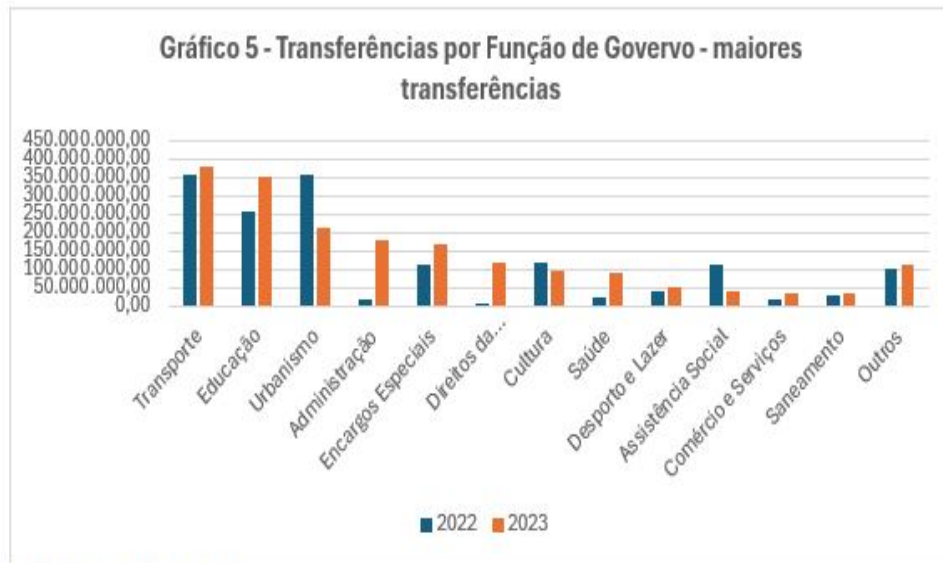
Governo de Mato Grosso
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado



Fonte: Sistema FIPLAN. Anexo 12 - Balanço Orçamentário 2022 e 2023 Consolidado e Poder Executivo



Fonte: Sistema FIPLAN





Fonte: Sistema FIPLAN

6 CONCLUSÃO

32. O objetivo do trabalho foi a elaboração de diagnóstico sobre o macroprocesso de transferências do Poder Executivo Estadual, a partir da realização de análises das transferências voluntárias realizadas no ano de 2022 e 2023.

33. A partir do objetivo definido, constatou-se que foram realizadas transferências legais e voluntárias no período de 2022 e 2023, que totalizaram R\$5.694.514.058,80, correspondente a 10,55% das despesas totais realizadas pelo poder executivo no mesmo período. As transferências voluntárias efetivadas totalizaram R\$3.438.426.728,94, que corresponde a 6,37% das despesas totais realizadas.

34. Os maiores volumes de recursos transferidos de forma voluntária tiveram como destinatários os municípios (R\$ 2.130.697.270,71), instituições privadas sem fins lucrativos (R\$ 809.434.923,07), a união (R\$ 311.833.764,41), consórcios públicos (R\$ 100.474.858,19), todos tendo recebido acima de R\$ 100 mi, no período analisado, totalizando R\$ 3.352.440.816,38, o que corresponde a 97,5% dos recursos utilizados em transferências voluntárias entre 2022 e 2023.





Governo de Mato Grosso
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

35. Também foi constatado que os maiores volumes de recursos (que totalizaram 55,71% do total) foram destinados a despesas com Transporte (21,44%), Urbanismo (16,61%) e Educação (17,66%).

36. As unidades que mais realizaram transferências voluntárias foram a SINFRA (49,09%, sendo que 20,55% no Programa de Infraestrutura e Logística e 20,31% no de Parcerias e Concessões) e a SEDUC (17,37%, sendo que 17,13% no Programa Aprendizagem em Foco), seguida pela SECEL (9,91%).

37. O registro orçamentário de todas as despesas referentes à função Encargos Especiais, se refere ao programa 996 – Programa de Operações Especiais – Outras, na ação 8026 – Pagamento de Emendas Parlamentares Impositivas (R\$282.940.04034).

38. Além disso, constatou-se classificação incorreta de despesas em funções de governo, o que prejudica a transparência das informações, bem como a verificação de cumprimento de metas e objetivos.

39. Os sistemas corporativos não evidenciam informações necessárias à transparência exigida pelo 48 da LRF e não foi possível aferir informações sobre a situação das prestações de contas pelos convenientes, conforme determinado pelo artigo 71, § único da Constituição Federal.

40. A partir desse trabalho, serão direcionadas as futuras avaliações no subsistema de transferências.

À apreciação superior.

Cuiabá, 17 de Abril de 2024

Clenio Paes Landim Ferreira
Auditor do Estado

Emerson Alves Soares





Governo de Mato Grosso
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

Auditor do Estado

Breno Camargo Santiago

Superintendente de Avaliação e Consultoria de Gestão Sistêmica



CGESC1202400715